

ser capazes de limitar o grande acúmulo de conhecimento sociocultural que eles compartilham com outrem. Para a interpretação do significado (semântico) do discurso, esse conhecimento sociocultural compartilhado pode ser ativado parcialmente (e então podem ser feitas inferências) e em seguida desativado quando já não é relevante. A maioria dos trabalhos a respeito de base comum é, nesse sentido, voltada para a explicação do entendimento semântico.

Para a construção do contexto, e portanto para uma compreensão *pragmática*, as estratégias são diferentes. Estabelecer e atualizar dinamicamente a base comum na conversação, mesmo contando com as estratégias mencionadas anteriormente, é uma tarefa complexa. Esse é um dos motivos pelos quais Pickering e Garrod (2004) sustentam que o diálogo em geral e a atualização da base comum em particular precisam fundamentar-se em heurísticas menos complexas. Por exemplo, os falantes podem, rotineiramente, seguir os modelos mentais e as estruturas de discurso dos falantes anteriores. Além disso, não é necessário construir o tempo todo modelos mentais a partir do nada, pois é possível que as especificações dos modelos de experiências anteriores permaneçam presentes. Analogamente, para a construção de modelos mentais, durante a conversação, os usuários da língua podem usar grandes partes dos modelos mentais e das estruturas de conhecimento já ativados com o fim de compreender o falante anterior.

Quando Tony Blair fala sobre o Iraque, tudo aquilo de que ele precisa para poder referir-se com sentido ao Iraque e ser compreendido é ativar o conhecimento geográfico e político relevante que ele compartilha com os MPs. Idem para sua referência às tropas inglesas e assim por diante. É o dispositivo-K desse modelo de contexto que, a cada momento, calculará esse conhecimento pressuposto usando heurísticas rápidas e práticas. Contudo, sua fala precisa ser não só significativa, sendo assim compreendida (semanticamente) pelos MPs, mas também adequada. Para isso, e também para construir e atualizar uma base comum, Tony Blair precisa construir um modelo de contexto no qual ele próprio será construído como primeiro-ministro, líder do Partido Trabalhista etc. e no qual serão construídos para os demais MPs identidades, atitudes e ideologias políticas e objetivos do mesmo tipo. Esse modelo de contexto como um dispositivo que monitora permanentemente a produção e a compreensão do discurso precisa ser suficientemente rico para controlar todos os aspectos de sua fala, mas não pode comportar tanta informação (instanciada) a ponto de tornar-se pouco manuseável.

Portanto, os modelos de contextos precisam ainda mais de restrições, no que diz respeito à seleção das informações relevantes na base comum, do que a construção de modelos (semântica) dos eventos. Muito mais pesquisa teórica e empírica será necessária para identificar em detalhe os processos estratégicos de acordo com os quais o conhecimento compartilhado é aplicado na produção e compreensão de discursos significativos e adequados. Nos limites deste livro, precisamos, especificamente, saber mais sobre o modo como a BC é estabelecida estrategicamente como uma parte do dispositivo-K dos modelos de contextos atualizados de modo dinâmico.

## OUTRAS MENTES

O contexto, a base comum e o conhecimento recíproco relacionam-se à célebre questão filosófica das outras mentes: como sabemos o que os outros sabem, pensam ou sentem, e, para começar, se eles têm mesmo uma mente? (Ver, por exemplo, Avramides, 2001; Malle e Hodges, 2005.)

Não nos aprofundaremos nessa questão filosófica; simplesmente, admitiremos que os agentes sociais têm a capacidade de representar através de modelos outros agentes sociais, bem como suas propriedades mentais, com base numa série de estratégias interacionais, socialmente compartilhadas, como fazer inferências a partir das ações que percebem, tirar conclusões sobre as autodescrições dos outros e fazer comparações com base na percepção de si mesmos (introspecção).

Como é óbvio para o discurso e os modelos de contextos, essas representações das outras mentes são condições cruciais de qualquer interação, cooperação ou discurso. Assim, as estratégias-K são uma parte de uma série de estratégias que inferem o que os outros sabem com base no que significa pertencer à mesma comunidade epistêmica. Embora essa estratégia se aplique somente ao conhecimento compartilhado, há outras que permitem aos agentes fazer inferências sobre as crenças e os sentimentos dos outros, partindo do conhecimento pessoal, e também representam essas inferências como partes de seus modelos de contextos.

Mais do que a maioria dos linguistas, T. Givón explorou as relações entre a língua, o discurso, a mente e o contexto. Em seu livro *Context as Other Minds* (Givón, 2005), ele trata de um grande número de questões

cognitivas, filosóficas e linguísticas como parte de uma teoria pragmática muito abrangente: categorias como os protótipos, as redes semânticas, a coerência, e assim por diante. Como o título de seu livro sugere, a noção de 'contexto' é o eixo de sua investigação pragmática, e, citando Sperber e Wilson no início, ele também define os contextos como construtos mentais, como eu faço por este livro afora. Os seres humanos conseguem fazer-se entender porque assumem que seus destinatários compartilham sua gramática e seu léxico, além de conhecimentos socioculturais mais gerais, como parte do contexto de momento.

Como no caso de muitos outros tratamentos formais, Givón dá, desses contextos, uma definição excessivamente ampla, em termos de conhecimento compartilhado como base comum – e é discutível se devemos chamar uma tal investigação de semântica (porque a referência está envolvida) ou pragmática (porque se baseia em conhecimentos contextuais compartilhados). Como tipos de contextos, ele distingue assim uma “rede genérica compartilhada”, uma “situação de fala compartilhada” e um “texto presente compartilhado”, associados com a memória semântica, a memória de trabalho e a memória episódica, respectivamente (p. 101).

Ele aplica essas noções à descrição, por exemplo, dos sintagmas nominais definidos e das expressões indiciais. Note-se, porém, que em meu modelo essas interpretações não estão baseadas no modelo de contexto, mas no modelo mental (também compartilhado na memória episódica) dos eventos ou das situações *sobre* as quais versa o discurso (ver também Van Dijk e Kintsch, 1983). Givón ressalta que o modelo mental que temos das mentes dos destinatários muda constantemente – os falantes precisam atualizar constantemente aquilo que o ouvinte sabe. Esses *insights* são também relevantes como condições dos atos de fala (S sabe que H sabe que...) (p. 104-105). Finalmente, ele encaixa a teoria das outras mentes numa perspectiva evolucionária e neurológica mais ampla. Uma das contribuições valiosas desse livro é a investigação das relações entre as propriedades fundamentais da língua e do discurso, tais como a coerência, por um lado, e os aspectos filosóficos e psicológicos da mente, tais como o conhecimento compartilhado associado com a 'situação de fala', por outro lado.

Note-se, porém, que, excetuado o conhecimento, Givón praticamente não explora as outras dimensões do contexto como representações complexas das situações comunicativas.

## Outras categorias cognitivas?

Se o conhecimento atribuído e compartilhado é fundamental na nossa interpretação das situações comunicativas, e também nos modelos de contextos, o mesmo poderia ser verdade de outros tipos de representações mentais. Por exemplo, tem a mesma importância conhecer as *atitudes* sociais e as *ideologias* das pessoas? Acaso adaptamos nossa fala e nosso texto às orientações e crenças políticas e sociais dos receptores?

Provavelmente, sim. As feministas provavelmente não falam do mesmo modo quando interagem entre si e quando interagem com não feministas ou antifeministas. Pressupor atitudes idênticas ou relacionadas a respeito de questões sociais ou ideologias mais gerais altera de maneira profunda as estruturas retóricas e argumentativas do discurso: os receptores não precisam ser persuadidos ou convencidos das normas gerais, valores ou princípios, e o mesmo vale para sua aplicação a acontecimentos ou atos específicos (para detalhes, ver Van Dijk, 1998).

Portanto, os usuários da língua precisam saber se os receptores pertencem ao mesmo grupo ideológico. Se for o caso, é possível pressupor argumentos gerais, e não haverá necessidade de uma persuasão mais explícita. Senão, os usuários da língua só podem pressupor e invocar ideologias, valores e normas de nível mais alto, que eles presumem compartilhados pelos receptores. Por exemplo, as feministas pacifistas podem apelar nesse caso a valores feministas de nível mais alto, para persuadir feministas não pacifistas.

É claro que, em muitas formas de discurso público, e com auditórios ideologicamente heterogêneos, não há nenhuma pressuposição ideológica desse tipo que se aplique. Nesse caso, somente valores compartilhados de nível mais alto podem ser pressupostos nas discussões. Por exemplo, os cidadãos dos Estados Unidos podem ter atitudes diferentes acerca da Guerra do Iraque, e ainda assim compartilhar uma ideologia nacionalista, o que permite aos que defendem a posição favorável à Guerra apelar para o 'patriotismo' de receptores contrários à Guerra. Isso será verdade também para a compreensão preconceituosa do discurso.

Como as ideologias influenciam profundamente muitos níveis, estruturas e estratégias da fala e do texto, parece plausível que essas ideologias sejam exigidas como parte das propriedades cognitivas dos participantes – isto é, tanto no que diz respeito ao Eu-mesmo/falante como nas propriedades que se atribuem, a título de tentativa, aos receptores.

Na realidade, para entender o debate feito na Câmara dos Comuns sobre o Iraque, eu preciso tornar explícitos alguns parâmetros contextuais fundamentais, tais como as ideologias dos participantes – que afetam não só (semanticamente) seus juízos sobre o Iraque, mas também (pragmaticamente) quem é (no momento) proponente, oponente ou dissidente, uma categorização política dos participantes que controla muitos aspectos do debate.

Por fim, ao lidar com o conhecimento, eu discuti tão somente o conhecimento ‘do mundo’ pessoal ou social, e não dei atenção especificamente ao conhecimento (das regras, normas etc.) da língua, do discurso e da comunicação. Obviamente, uma fala apropriada pressupõe falar de maneira (mais ou menos) ‘correta’, e não há dúvida de que os modelos de contextos das pessoas também se baseiam nesse conhecimento linguístico geral como um recurso fundamental (Blommaert, 2001). Isto é, se seu conhecimento linguístico é fragmentário, seus contextos podem ser deficientes, porque o conhecimento geral da língua inclui a capacidade de adaptar o uso da língua às situações sociais. É isso que acontece tipicamente com os imigrantes procedentes de outras comunidades, que por isso mesmo podem ser discriminados no mercado de trabalho e em outros domínios de suas vidas quotidianas (ver, por exemplo, Campbell e Roberts, 2007: 243-271).

## A aquisição das categorias dos modelos de contextos

Pouco sabemos sobre a aquisição das categorias dos modelos de contextos. A Psicologia do Desenvolvimento e a Psicolinguística, como regra geral, têm centrado suas atenções na aquisição da gramática, e não na maneira como as crianças aprendem a compreender as situações comunicativas, ou, em geral, as regras pragmáticas do uso da língua. Ainda assim, desde uma idade muito tenra as crianças aprendem a adaptar suas falas à situação comunicativa, e assim precisam ser capazes de analisar pelo menos algumas das categorias relevantes usadas na compreensão dessas falas.

A pesquisa recente em Psicologia do Desenvolvimento fixou-se principalmente no modo como as crianças aprendem a entender as *intenções* dos outros com quem interagem (Tomasello, 1999a: 63-75; Tomasello, Carpenter, Call, Behne e Moll, 2005). Os autores ressaltam que o entendimento recíproco das intenções é um desenvolvimento da cognição humana, em oposição à cognição

dos primatas não humanos, o qual ocorre na criança no período entre 9 meses e 1 ano. Como as intenções definem o significado da ação, isso significa que as crianças por volta dessa idade começam a entender que os outros se envolvem intencionalmente em condutas que visam tornar reais certos objetivos específicos, sobretudo na conversação. Assim, elas também aprendem que, falando, podem modificar o comportamento de outros, e assim alcançar seus próprios objetivos (por exemplo, conseguir comida, brinquedos etc.).

Aprender sobre a intencionalidade é parte de um processo mais longo e complexo em que o indivíduo aprende a entender seu entorno interacional e comunicativo. Isso significa que, expostas a um entorno social complexo, as crianças paulatinamente aprendem a entender e administrar ‘cenas atencionais conjuntas’ (Tomasello, 1999b), cujos ingredientes são elas próprias, outros participantes e alguns objetos em foco, por exemplo, objetos que estão sendo manipulados, mostrados ou procurados. Mais especificamente, elas aprendem que o mesmo acontece nas situações comunicativas, nas quais a cena de atenção visual ou interacional é mais limitada às coisas de que se fala ou às pessoas que participam da conversa. Nesse sentido, as situações comunicativas, assim construídas como modelos de contextos, atuam como interface entre o discurso e o mundo.

Obviamente, a aquisição de esquemas para modelos de contextos envolve mais do que o mero reconhecimento de intenções recíprocas. Já vimos que esse tem que ser o caso, também, e inclusive num estágio mais inicial, para a representação e o entendimento dos objetivos. A seguir, as crianças precisam aprender os processos para estabelecer uma base comum epistêmica: elas precisam saber pelo menos alguma coisa sobre o conhecimento compartilhado com outros participantes na fala e na interação. Elas precisam organizar a experiência corrente e os modelos de contexto em termos de Eu-mesmo e relacionar outras categorias situacionais (ambiente etc.) a essa organização egocêntrica dos modelos de contextos, e então aprender que os modelos dos outros participantes contêm seus próprios modelos de contextos (egocêntricos, incluindo suas próprias intenções, como foi discutido). Até esse ponto, temos somente um conhecimento fragmentário e mais geral dos processos, representações e desenvolvimentos envolvidos (por exemplo, o desenvolvimento do Eu-mesmo, a orientação espacial e temporal relativa ao Eu-mesmo, o aqui e agora, a percepção das pessoas, o aprendizado dos papéis sociais e comunicativos etc.) e precisamos de mais teoria e mais trabalho empírico para aplicar esses *insights*

no estudo da aquisição e desenvolvimento dos modelos de contexto e de suas categorias esquemáticas.

### Processamento de hipóteses para modelos de contextos

completo

Agora que temos o primeiro esboço informal de um quadro teórico para as estruturas de contextos como modelos mentais na memória, precisamos finalmente dar atenção a algumas questões mais específicas do processamento cognitivo. As pessoas formam, ativam, atualizam ou executam modelos de contexto durante a produção e a compreensão do discurso, mas, como tudo isso é feito exatamente, e como esse processo está relacionado com outros processos de interação no discurso? Obviamente, sem estudos experimentais (e outros estudos empíricos) detalhados só posso especular sobre a maneira como os modelos de contextos são formados, ativados, atualizados e aplicados nos processos de discurso efetivos, e faço isso com base em *insights* mais gerais sobre a natureza do entendimento da situação e do discurso. Na realidade, seria muito improvável que os tipos de representações, estratégias e outros processos envolvidos fossem totalmente únicos. Seja como for, o que segue são meramente hipóteses gerais.

#### FORMAÇÃO DOS MODELOS DE CONTEXTOS

Presumimos que os modelos de contextos não são construídos a partir do zero ou de repente no início da fala, mas constituem um caso especial de modelos da experiência em andamento. Isso significa que, antes que comece um evento comunicativo, uma grande parte do modelo de contexto, mais exatamente um modelo da experiência, já está frequentemente pronto: em nível local, o ambiente (tempo e lugares presentes), participantes daquele momento com seus papéis sociais e seus conhecimentos, ações sociais em curso; em nível global, categorias análogas.

À medida que o modelo da experiência vai sendo executado, então, um participante pode formar o desejo de que outros participantes da situação saibam, acreditem ou façam algo, e que tal estado de coisas possa ou deva ser trans-

formado em realidade pelo discurso e não por outras formas de interação. É nesse ponto que o modelo de contexto será construído (especificado, adaptado) como um caso especial do modelo da experiência, de modo tal que as categorias de participantes envolvam as dos falantes e receptores, entre outros, e que a ação em curso, a ser planejada e controlada, seja verbal em vez de não verbal.

A essa altura, o dispositivo-K terá fornecido as suposições relevantes sobre aquilo que os receptores já conhecidos sabem (ou acreditam, ou querem). O conhecimento relevante para este mecanismo está sendo derivado a partir da representação já estabelecida da identidade dos receptores enquanto participantes do modelo de experiência: mais ou menos, sabemos a quem estamos falando ou escrevendo mesmo quando se trata de um grupo, e portanto sabemos também em que consiste seu provável conhecimento social.

Uma outra parte do *input* para o dispositivo-K do modelo de contexto é suprida pelos modelos mentais de eventos (o que sabemos sobre eventos) ou pelo conhecimento mais geral que temos sobre um assunto ou uma questão. Obviamente, esse conhecimento já existirá em larga medida antes que o modelo de contexto comece a operar, já que este, de qualquer maneira, representa a intenção de que uma parte desse conhecimento precisa ser compartilhada com os receptores.

Durante a execução do modelo de contexto, a informação para o dispositivo-K será atualizada dinamicamente, antes de mais nada pelo *feedback* do próprio discurso: aquilo que acaba de ser dito torna-se parte do contexto, como conhecimento novo, e aquilo que foi 'feito' pelo discurso também se torna parte do contexto, nomeadamente, como ações que condicionam as próximas ações.

Por fim, os modelos de contexto (ou os estados ou categorias do modelo de contexto operantes no momento) são ativos e representados na memória de trabalho de curto termo [*short-term working memory*] (ou numa memória de controle estreitamente relacionada: a memória de trabalho de longo termo [*long-term working memory*]): enquanto falamos, estamos o tempo todo mais ou menos cientes de quem somos, do fato de que estamos falando, de onde estamos e de quem são as pessoas a quem falamos e por quê. Outras categorias do contexto, tais como as mais globais, podem ser mantidas em um estado mais ou menos ativo na memória de trabalho de longo termo, lugar de onde podem prontamente ser recuperadas - por exemplo, a informação de que o discurso de Tony Blair sobre o Iraque no Parlamento acontece de acordo com a legislação britânica, e como uma forma de 'fazer' política externa.

## PROCESSAMENTO DO DISCURSO CONTROLADO PELO CONTEXTO

Tão logo o esquema mais geral e os conteúdos provisórios das categorias relativas do modelo de contexto estão formados, o falante tem condições de começar a construir as estruturas do próprio texto ou fala, mas sob o controle mais geral de um modelo (fragmentário) de contexto.

Assume-se que esse processo acontece em paralelo em muitos níveis simultaneamente, a saber, os níveis da expressão (produção de sons ou inscrição gráfica), da seleção léxica, das estruturas sintáticas, da semântica local e global, da retórica, dos atos de fala e da interação, entre outros (para detalhes, ver Van Dijk e Kintsch, 1983; Kintsch, 1998).

Conforme ficou sugerido nos exemplos já dados, detectamos aqui o controle da produção do discurso pelo contexto, que começa na categoria mais ampla (a interação) e desce em seguida até as mais específicas (a realização fonética ou gráfica), passando pelos assuntos gerais e esquemas generalizantes (por exemplo, os da narrativa), significados locais e sentenças.

O que é relevante aqui é que o modelo de contexto exerce um controle abrangente sobre o processo de produção e compreensão, em primeiro lugar controlando que conhecimento geral e que informação presentes nos modelos de eventos (experiências, notícias) devem ser expressos e pressupostos nas estruturas semânticas globais e locais do discurso.

Em segundo lugar, durante a produção efetiva, os modelos de contexto controlam todas as estruturas variáveis do texto e da fala: as estruturas fônicas (entonação, altura, velocidade etc.), a sintaxe, a seleção léxica e mais geralmente o estilo, o registro e a retórica, ou seja, *como* as coisas são ditas e não *o que* está sendo dito. Conforme sabemos apoiados numa extensa pesquisa pragmática e sociolinguística, se a relação de participantes que prevalece no momento é definida de modo tal que o Receptor tem *status* mais elevado, ou poder maior, ou é muito mais velho do que o Falante, esse traço do contexto vai controlar, por exemplo, as estratégias de polidez específicas, as expressões de deferência e um amplo conjunto de outras propriedades discursivas, mais apropriadas quando se fala a um interlocutor mais poderoso.

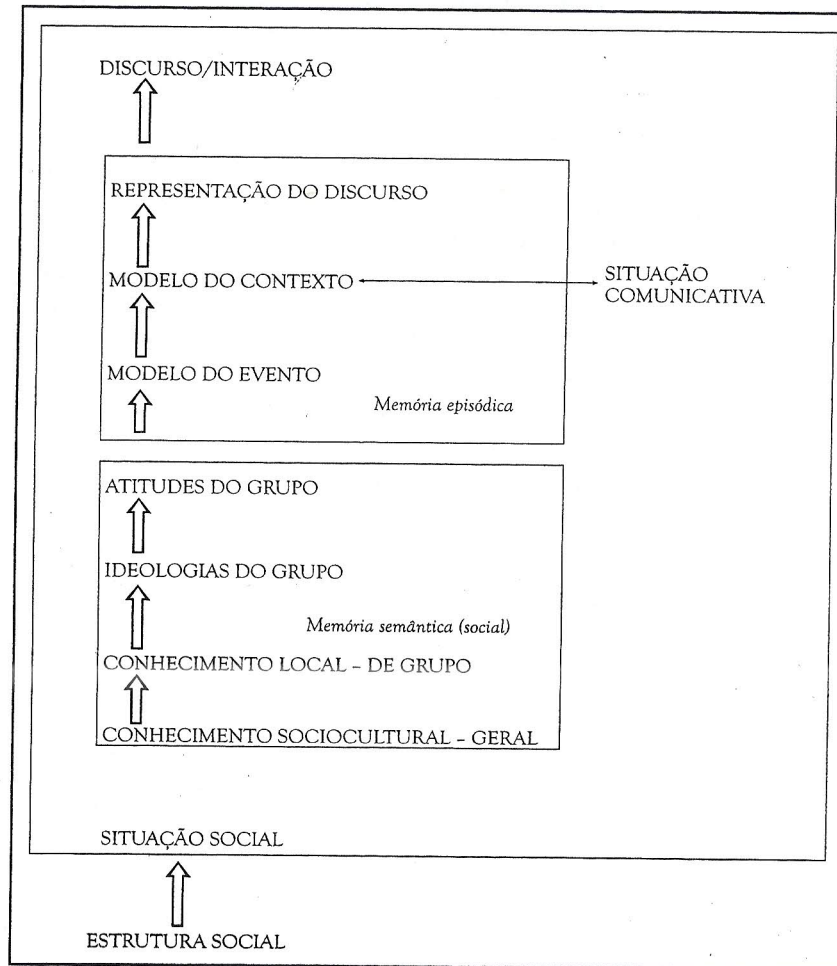
A direção geral do processo de produção do discurso vai de modelos de eventos (ou situações) dados, representados na memória episódica, até a produção estratégica do próprio discurso, passando pelos modelos de

contextos. Os modelos de eventos, neste caso, suprem a informação para o 'conteúdo' do discurso, isto é, *aquilo* que é dito, e os modelos de contextos controlam como as coisas são ditas na situação em curso: contamos a 'mesma' experiência de modos diferentes aos nossos amigos em casa e ao policial na delegacia de polícia. Naturalmente, as experiências precedem a situação comunicativa em que falamos sobre essas mesmas experiências. Isso significa que, embora os controles exercidos pelos modelos de eventos (situações) e pelos modelos de contextos sejam muitas vezes bastante independentes, os modelos de eventos podem influenciar não só o conteúdo ou o significado do discurso, mas também os modelos de contexto simultâneos que controlam seu estilo ou sua estratégia interacional. Por exemplo, tendemos a contar de maneiras diferentes as boas e as más notícias, e isso pressupõe um tipo diferente de modelo de contexto, no qual as más notícias redefinem o papel dos destinatários, fazendo deles pacientes ou vítimas (ver também Maynard, 2003).

Que os conteúdos do discurso podem mudar os modelos de contexto <sup>discussão</sup> subsequentes (por exemplo, dos destinatários) é um elemento normal e crucial da teoria do contexto. Por exemplo, Tony Blair pode influenciar os modelos de contexto <sup>muito</sup> de seus receptores com o conteúdo de sua fala e com seu estilo agressivo, e uma amostra disso é sua redefinição das relações políticas com seus 'nobres colegas' MPs do Partido Trabalhista, que se opõem à Guerra no Iraque. Em sua compreensão (a partir desse momento) os destinatários estão construindo (atualizando) seu modelo de contexto ao mesmo tempo como compreensão do discurso e como formação do modelo de evento de que o discurso trata. Em suma, o discurso e sua interpretação (subjéctiva) podem influenciar diretamente o modelo de contexto dos receptores: as pessoas e as relações sociais são avaliadas com base naquilo que fazem e dizem.

Neste ponto, posso resumir todo o percurso de processamento do discurso dependente do contexto mediante o esquema da Figura 1. Faço-o colocando-me na perspectiva do falante/escritor, isto é, nos termos do modelo de contexto que estrutura o discurso - e não do modelo de contexto que controla a compreensão do discurso por parte dos destinatários. Nesse esquema simples, menciono somente os componentes e processos relevantes para nossa discussão, e não as muitas outras propriedades da representação na memória e da produção do discurso.

Figura 1. Um esquema simples da produção de discurso controlada pelo contexto



Embora os detalhes envolvidos no controle contextual da produção e compreensão do discurso estejam na agenda para a pesquisa futura na Psicologia do Processamento do Discurso, arrisco aqui mais algumas hipóteses sobre esses processos. Depois de ter feito isso parcialmente para o discurso de Tony Blair no Parlamento britânico, pude fazer esse trabalho de conjectura 'simulando' [*handsimulating*] um informe sobre algum evento internacional para um jornal

espanhol (esse foi o tipo de prática comunicativa que eu examinei em meu primeiro estudo mais longo sobre modelos de contextos, Van Dijk, 1998). Todavia, seria preciso ressaltar que esse 'rascunho' é naturalmente muito especulativo, pois ainda não temos outras evidências empíricas dos processos e representações envolvidas. Só reivindico plausibilidade para a coerência geral com os conhecimentos que temos até o momento em matéria de compreensão (dos discursos e dos eventos).

Para um jornalista, escrever uma reportagem de notícias é uma das experiências diárias rotineiras da vida profissional, junto com outras experiências como ler os jornais e os *press releases*, participar de entrevistas coletivas, fazer ligações telefônicas, entrevistar fontes ou testemunhas, participar de reuniões editoriais no jornal, falar com colegas, fazer buscas na internet, e assim por diante (Gans, 1979; Tuchman, 1978; Van Dijk, 1988b). Muitas dessas atividades são em si mesmas práticas discursivas: as reportagens de notícias são de muitas maneiras o resultado de processar informações extraídas de muitos textos-fonte (Van Dijk, 1988b). A experiência jornalística diária é, portanto, uma sequência contínua de práticas discursivas, contextualmente segmentadas em gêneros discretos ou tarefas profissionais, tais como fazer entrevistas ou participar em coletivas de imprensa.

Assim, ao iniciar a produção do discurso envolvida na redação de uma notícia, qualquer jornalista já tem à sua disposição, pronto, um modelo provisório de contexto do qual constam, por exemplo:

- o ambiente corrente (tempo/data - prazo - localização);
- possíveis materiais de apoio relevantes (por exemplo, um computador do tipo laptop para escrever ou para ser usado nas buscas da internet, ou para conectar-se com os editores e com as bases de dados do jornal);
- identidades relevantes no momento, comunicativas ou sociais (repórter, empregado do jornal X, cidadão espanhol, mulher etc.);
- relações com outros participantes (por exemplo, uma relação de subordinação com o editor-chefe de notícias internacionais);
- conhecimento recente a respeito de eventos internacionais dignos de serem noticiados;
- conhecimento contextual sobre aquilo que já foi noticiado sobre o evento (se ele não for novo) e, portanto, sobre aquilo que os leitores (possivelmente) já sabem;

- conhecimento contextual sobre o conhecimento sociocultural dos leitores;
- conhecimento sociocultural aplicado às propriedades gerais de eventos novos;
- conhecimento profissional aplicado a como se escrevem notícias;
- atitudes profissionais aplicadas e ideologias compartilhadas com outros repórteres;
- atitudes sociais aplicadas e ideologias acerca deste tipo de evento internacional;
- ideologias profissionais enquanto jornalista;
- intenção de escrever uma reportagem de notícias;
- propósito de informar os leitores do jornal X;
- emoções sobre o evento noticiado;
- emoções sobre aspectos dos componentes do contexto corrente (numa entrevista, a relação com o editor etc.).

Grande parte desse modelo de contexto (e sua organização interna) ganhou um tratamento rotineiro, como as próprias práticas de reunir e escrever notícias, e por isso pode ser ativado quando é instanciado um esquema pessoal mais geral para eventos comunicativos desse tipo. O 'conhecimento do evento' que será objeto da reportagem também é um modelo mental na memória episódica, construído com a informação de um ou mais textos-fonte, juntamente com conhecimentos socioculturais políticos mais gerais, a respeito desses eventos.

Portanto, quando começa a escrever, o jornalista tem um modelo (semântico) do evento, bem como um modelo de contexto parcial (um 'plano' para a redação de notícias) que controlarão a escrita efetiva e serão adaptados localmente e à medida; por exemplo, quando para cada aspecto do evento que está sendo descrito é preciso calcular o tanto que os leitores já conhecem – a saber, mediante as estratégias do dispositivo-K. Ao mesmo tempo, o jornalista precisa aplicar um certo número de normas e valores profissionais, avaliando, por exemplo, valores de notícia, que calcularão quais aspectos do evento são mais ou menos dignos de ser noticiados, uma condição que vai controlar muitos aspectos da redação da notícia, desde a seleção dos assuntos e a formulação das manchetes até as estruturas de colocação em primeiro e segundo plano, estilo, retórica e semântica local (por exemplo, dar muitos ou poucos detalhes sobre aspectos particulares do evento).

Lembre-se que, em geral, o modelo de evento existe antes do modelo de contexto: os jornalistas ficam sabendo a respeito de um acontecimento que vale notícia antes de começar a escrever a respeito dele. Contudo, como e em que medida a informação armazenada no modelo de evento é efetivamente noticiada depende do modelo de contexto. A esse respeito, o modelo de contexto é uma interface – um dispositivo de transformação (filtragem, seleção, recontextualização) – entre aquilo que sabemos e aquilo que contamos. A regra pragmática geral (das asserções e dos gêneros de discurso informativos) é que só precisamos contar aquilo que temos motivos para crer que os outros ainda não sabem. Além disso, a norma jornalística geral é contar apenas aquilo que é considerado digno de ser noticiado de acordo com as normas e os valores dos jornalistas, eles próprios controlados por ideologias sociais e profissionais.

Assim, dados esses modelos e essas regras, normas e valores gerais da redação jornalística de notícias, o repórter começa a escrever sua reportagem, obedecendo às exigências contextuais seguintes, em primeiro lugar:

#### *Manchete*

- ativar o conhecimento profissional sobre como se redigem reportagens de notícias (estratégias gerais);
- ativar os principais tópicos (macroproposições) do modelo de evento;
- ativar o conhecimento sobre a orientação ideológica do jornal;
- dispositivo-K: os leitores já sabem acerca deste acontecimento?;
- ativar o conhecimento profissional sobre os interesses dos leitores;
- ativar o modelo de contexto velho contendo informações sobre o que quer o editor;
- a partir dos itens (a)-(f), inferir a informação sobre que assunto será considerado mais interessante ou relevante pelos leitores e pelo editor, e selecionar esse assunto;
- aplicar as preferências ideológicas à representação semântica, por exemplo, dando ênfase às ações negativas de um grupo marginal [*out-group*] (por exemplo, de terroristas);
- formular o assunto em consonância com (j), (k) e (l) a seguir;
- as convenções de gênero do jornal (sintaxe da manchete);
- o viés ideológico – por exemplo, um grupo marginal é mencionado como agente e sujeito, antes de mais nada;
- o estilo formal do jornal: seleção lexical formal (jornal de alto nível) e léxico do jornal (por exemplo, 'bid' em vez de 'attempt').

**Linha dedicada à autoria (se houver)**

- (m) formular a identidade pessoal (o Eu-mesmo) do repórter;
- (n) formular o entorno: cidade a partir da qual o repórter está mandando notícias;
- (o) formular o ambiente: data corrente.

**Lide (se houver)**

Em grande medida como a manchete:

- (p) manter ativados: os tópicos (macroproposições) dos modelos de eventos, o conhecimento sobre a ideologia do jornal, o conhecimento profissional sobre lides, preferências do público e do editor, e assim por diante;
- (q) dispositivo-K: conferir quais assuntos podem ser já conhecidos dos leitores;
- (r) dispositivo-K: que inferências podem ser feitas pelos leitores a partir do que já foi escrito nas partes anteriores do lide?;
- (s) formular em sequência as proposições mais importantes do modelo de evento, como um sumário dos eventos, mas com o viés ideológico geral (grupo majoritário – marginais) – por exemplo, dando ênfase ao que há de ruim no grupo marginal;
- (t) seguir o estilo formal (sintaxe, léxico) da língua do jornal;
- (u) marcar as sentenças que expressam proposições que possivelmente já são conhecidas pelos leitores (por exemplo, formulando-as como lembretes).

A partir desse exemplo inventado percebemos que os textos das reportagens noticiosas não expressam apenas o que os jornalistas sabem a respeito de algum acontecimento que rende notícia, mas envolvem um processo complexo de seleção (contextualizada a partir dos modelos de eventos) de proposições que são, por sua vez, formuladas de um modo (estilo etc.) que é também controlado pelo modelo de contexto. Ou seja, a escrita das manchetes e dos lides é controlada por categorias dos modelos de contexto e por informações como as seguintes: o conhecimento profissional dos repórteres sobre reportagens de notícias, manchetes e lides; seus conhecimentos sobre os interesses do público; seu conhecimento sobre aquilo que o editor deseja (a tarefa que foi marcada, os modelos de contextos prévios), a ideologia do jornal, a ideologia do repórter,

a identidade de quem escreve como repórter – um empregado do jornal e um subordinado do editor; o estilo do jornal, e assim por diante.

O mesmo vai então ser verdade, localmente, para a ativação, expressão e formulação de outras proposições do modelo de evento durante a produção do resto da reportagem de notícias, em geral sob o controle do mesmo modelo de contexto, mas com mudanças no conhecimento do dispositivo-K sobre aquilo que os leitores já sabem (aquilo que acaba de ser escrito). Como no caso da formulação do lide, também no resto será preciso seguir as estratégias gerais de coerência local e global, modificando-as para que se adaptem ao discurso do jornal. Ou seja, ao contar uma história como notícia, os fatos não são relatados na ordem cronológica, mas são organizados por critérios de relevância ou interesse enquanto notícia: a informação mais relevante (importante, interessante, útil, chocante etc.) virá em primeiro lugar – o que será julgado mais relevante dependerá da informação do modelo de contexto sobre que tipo de jornal o editor quer publicar ou o público quer ler.

O mesmo vai valer para a redação do resto da reportagem, ou seja, para a ordem, a colocação em primeiro ou segundo plano, a escolha léxica, o nível de descrição (geral *versus* específico), o grau de detalhe, e em geral a explicitude ou implicitude da informação tal como derivada do modelo de evento. Deixando de lado os vieses ideológicos, será o ‘viés’ estilístico geral do jornal que influenciará a seleção final das palavras como apropriadas para as reportagens de notícias. Isso é verdade para todos os níveis: o formato geral da reportagem de notícias (que exige conhecimento profissional), a seleção geral de assuntos (a partir dos modelos de eventos sob o controle da informação ideológica presente no modelo de contexto); a formulação da manchete, do lide e da linha dedicada à autoria; e a organização semântica e a formulação gramatical no resto do texto. No capítulo seguinte, veremos em mais detalhe quais estruturas são tipicamente controladas pelas estruturas dos modelos de contexto. Neste ponto, podemos mencionar o papel ideológico da ‘localização’ nos modelos de contexto dos jornalistas conforme eles se baseiam em ideologias nacionalistas. Assim, Higgins (2004: 633-648) mostra a importância da ‘terra pátria’ como um traço que influencia a cobertura jornalística dada nos noticiários pelos jornais escoceses. Analogamente, referências dêiticas a “*this country*” [“este país”] em entrevistas com ingleses podem ser uma expressão do nacionalismo e da xenofobia subjacentes dos falantes (Condor, 2000: 175-205).



Não estamos preocupados aqui com os detalhes da seleção lexical e da gramática (ver Levelt, 1989); assinalamos apenas que, para a seleção de cada palavra, frase, estrutura, sequência etc., a informação contextual será relevante (por exemplo, quanto ao tipo de leitor, ao conhecimento e interesse do leitor, ao tipo de jornal, ao estilo formal ou aos propósitos do repórter ou editor).

### MÉTODOS DE ESTUDO DOS MODELOS DE CONTEXTOS

Uma das dificuldades dos modelos de contextos definidos como modelos mentais dos participantes é que não podemos observá-los diretamente. Isso levou, sem dúvida, a um esquecimento geral desse estudo nas abordagens linguísticas e sociais, embora esse seja um problema comum a todos os estudos psicológicos da mente.

Um método para o estudo dos contextos consiste em estudar sistematicamente suas 'consequências', isto é, as variações do discurso, em situações diferentes, como fazemos mais geralmente no estudo dos fenômenos não observáveis em qualquer ciência. Assim, por exemplo, se pronomes diferentes são usados para contar a 'mesma' história a diferentes pessoas, em situações em que só muda a idade dos receptores, temos alguma evidência *prima facie* de que a idade do destinatário é uma categoria relevante dos modelos de contextos, nessa cultura.

Esse estudo pode ser feito mediante experimentação, por exemplo, pedindo-se aos sujeitos que falem ou escrevam a uma pessoa imaginada, em alguma situação comunicativa imaginada, por exemplo, redigindo um pedido de emprego, como se faz tipicamente nas tarefas escolares, e também nas entrevistas sociolinguísticas. De modo análogo, podemos usar protocolos verbais nos quais se pede aos usuários da língua que formulem como eles compreendem a situação, ou se pergunta por que eles usam tal ou tal expressão em tal ou tal lugar. Note-se, porém, que nessas situações experimentais as crenças formuladas pelas pessoas sobre o uso linguístico podem ser equivocadas, normativas ou ideológicas. Portanto, as entrevistas, tarefas ou protocolos podem não coincidir com o uso real da língua na conversa e no texto espontâneo; estes, porém, têm o problema de que, para o analista, são muito mais difíceis de controlar e investigar.

Em terceiro lugar, como qualquer outro tipo de modelo mental, os modelos de contexto podem ser a base de uma narrativa cotidiana: frequentemente,

falamos sobre coisas que outros nos contaram, ou sobre aquilo que vimos na televisão. A descrição ingênua dos modelos de contexto nessas histórias comporta tipicamente certos traços de algumas das categorias relevantes que as pessoas usaram na representação desses modelos de contexto. Assim, por uma série de razões cognitivas, sociais e culturais, é muito mais provável que eu conte à minha parceira que esta *manhã*, na universidade, *um estudante me pediu* que lesse sua tese, e não que eu diga que *uma pessoa de olhos castanhos* falou comigo por 90 segundos a 10 metros da porta de meu escritório. As diferenças culturais da interpretação dos eventos e ações (e também dos modelos de contextos) podem levar a diferentes tipos de narrativas de histórias. Mas é plausível que alguns níveis e categorias da descrição narrativa sejam mais 'naturais' e mais difundidos do que outros.

Se as situações comunicativas são realmente construídas e representadas como modelos mentais específicos na memória episódica, e então dinamicamente aplicadas e mudadas na memória de trabalho, deveríamos ser capazes de investigar suas estruturas esquemáticas, suas categorias e seus conteúdos com os modelos experimentais habituais da Psicologia Cognitiva. Portanto, normalmente, deveria haver uma rememoração melhor das categorias dos modelos de contexto relevantes de uma situação social, do que de outras informações sociais (em geral, lembramos melhor que falamos a uma velha senhora que é professora do que da cor de suas roupas).

De maneira análoga, podemos prever que as categorias relevantes do contexto serão pistas melhores para a recuperação na memória do que outros aspectos dos eventos comunicativos. E assim também, se os modelos de contexto controlam a produção e compreensão local do discurso, podemos esperar por aquilo que já foi chamado de *marcação pragmática* [*pragmatic priming*] dos conceitos que fazem parte desses modelos. Por exemplo, se nós falamos com uma mulher, e se essa categoria está representada em nosso modelo de contexto da conversação, pode-se esperar que o conceito 'mulher' receberá uma marca, mesmo quando não ocorreu previamente na conversação. Note-se, por fim, que as representações episódicas, tais como os modelos de contextos e outras experiências diárias, em geral, têm uma recuperação precária, a menos que neles estejam representadas propriedades muito proeminentes ou relevantes (falar com uma pessoa muito famosa, uma conversa traumática com um parceiro etc.). A maioria dos acontecimentos comunicativos cotidianos, como as conversas com amigos ou colegas, ler o jornal, fazer compras etc., serão logo

esquecidos, e as informações relevantes (novas) serão generalizadas, abstraídas e integradas no conhecimento mais geral. É por isso que temos uma grande quantidade de conhecimentos a respeito dos quais não temos a menor ideia de quando e onde foram adquiridos.

Alternativamente, esses modelos de contexto serão generalizados e abstraídos a partir de (minha memória de conversações com um amigo, ou da leitura deste ou daquele jornal em tal e tal período em tal e tal país etc.) como o fazemos com outras experiências pessoais na memória episódica (King, 2000; Neisser e Fivush, 1994; Rubin, 1986, 1999).

### Modelagem formal do contexto

Embora fundamentado na formação atual da teoria psicológica a respeito do processamento do discurso, o quadro esboçado anteriormente é, por enquanto, muito informal, e será preciso completá-lo com detalhes em muitos níveis do processamento. Esse trabalho futuro precisará combinar refinamento teórico e sofisticação experimental e observacional sobre como a interpretação que as pessoas dão às situações comunicativas controla a produção (e as estruturas) ou a interpretação do texto e da fala.

Alguns desses processos podem ser modelados mais explicitamente como modelos formais do *contexto* que – como é bastante comum na teoria dos modelos – combinam Ciência Cognitiva, Inteligência Artificial e teorias formais da língua (ver, por exemplo, Jurafsky e Martin, 2000). Ou seja, do mesmo modo que formalizamos a semântica para a língua natural, podemos modelar formalmente algumas de suas propriedades contextuais, como tem sido feito para o tempo, o lugar e os participantes, com o objetivo de interpretar as expressões dêiticas, os tempos verbais e a correferência, entre outras propriedades do discurso (Groenendijk, De Jongh e Stokhof, 1987; Kamp e Partee, 2002; Kamp e Reyle, 1993).

Portanto, se os usuários da língua constroem modelos mentais dos eventos comunicativos, será possível dar conta de algumas das propriedades desses eventos em modelos formais que são quadros teóricos mais explícitos para a estrutura dos próprios modelos. Idealmente, esses modelos formais serão programados em conjunto com sistemas de produção e compreensão automática dos discursos, que permitam a produção de discursos que sejam não só bem

formados sintaticamente, e semanticamente significativos e coerentes, mas também pragmaticamente adequados.

Na última década, os estudos sobre Inteligência Artificial produziram fragmentos de modelos de contexto (formais) com essas características (ver, por exemplo, Akman, Bouquet, Thomason e Young, 2001). Muitos desses tratamentos ‘pragmáticos’ em IA visam oferecer modelos do uso da língua que sejam mais realistas do que os modelos tradicionais, limitados à sintaxe e à semântica. Esses estudos podem mostrar que nos eventos comunicativos reais, os usuários da língua não sabem todas as implicações daquilo que dizem, nem como os contextos estão sendo construídos em tempo real e talvez apenas parcialmente, e também não sabem como a atividade de raciocinar pode estar condicionada a fatores pragmáticos tais como os objetivos ou o conhecimento disponível.

Assim, no limite entre a IA e a Retórica, encontramos o trabalho de Cronkhite (1997: 213-228) sobre a análise das situações – o modelo METAS/CAPTAÇÃO [GOALS/GRASP model] – que pretende descrever como as situações são percebidas e, especificamente, aplicadas em situações retóricas (comunicativas).

É verdade que muito desse trabalho precisa trocar a explicitude formal pelo detalhe e plausibilidade psicológicos, ao mesmo tempo que fica usualmente limitado ao estudo de apenas algumas propriedades do discurso. Uma discussão mais detalhada dessas abordagens foge ao escopo deste livro.

### Observação final

Como ainda veremos em mais detalhes, não há virtualmente nenhum nível ou estrutura do texto ou da fala que não seja produzido (entre outros) sob o controle de propriedades dos modelos de contexto. O dispositivo-K é operante por toda parte. As categorias dos participantes frequentemente coincidem com o ambiente institucional. A consciência espaçotemporal é continuamente expressa em numerosas expressões dêiticas. No próximo capítulo e em *Society in Discourse* investigo mais detalhadamente quais são os condicionamentos sociais e culturais que operam na formação, aquisição e uso dos modelos de contexto.

O objetivo fundamental deste capítulo foi elaborar de maneira mais detalhada minha tese geral de que os contextos não são algum tipo de situação social ou comunicativa, mas sim construções subjetivas ou ‘definições’ das

dimensões relevantes de tais situações por parte dos participantes. Esses construtos foram definidos como modelos mentais específicos, os modelos de contexto, localizados na memória episódica, e como casos especiais dos modelos da experiência mais gerais que controlam nossa conduta diária. Também foi assumido que esses modelos de contextos precisam ser relativamente simples e compõem-se apenas de algumas categorias gerais (e suas subcategorias) que, entretanto, podem ser culturalmente variáveis.

Neste capítulo, dei uma atenção especial às categorias mais marcadamente cognitivas dos contextos de modelos, tais como o Eu-mesmo, as intenções e as importantes estratégias do uso do conhecimento. Finalmente, emiti opiniões gerais sobre os processos envolvidos na formação e aplicação dos modelos de contexto. No próximo capítulo, tratarei mais detalhadamente dos modos como os modelos de contexto controlam várias estruturas do discurso.

Embora a hipótese geral deste capítulo e deste livro – que os contextos precisam ser definidos como um tipo específico de modelo mental – seja muito plausível e coerente com a maioria dos trabalhos mais atuais em Ciência Cognitiva, os detalhes de uma teoria psicológica do contexto precisam ser dados em estudos experimentais futuros. Mas esses estudos vão além do escopo deste livro – que é teórico.

## NOTA

<sup>1</sup> Não tenho o hábito de criticar outros autores por desconhecerem meus trabalhos. Afinal, nenhum autor consegue conhecer toda a bibliografia, e eu tenho certeza de que também estou desconsiderando neste livro muitos outros autores que mereceriam ser citados. Mas neste caso, e apenas a título de registro, convém que eu faça uma modesta exceção, usando uma nota que, de todo modo, será lida por poucas pessoas, porque durante a apresentação em aula de meus trabalhos recentes sobre o contexto, bem como a propósito de uma versão mais antiga deste, foi sugerido que eu deveria ter feito referência ao estudo pioneiro de Sperber e Wilson. Eu tinha lido esse livro, é claro, mas seu estudo da relevância e do contexto é bastante diferente do tratamento que eu dou ao tema aqui. O fato irônico é que, ao reler, bem agora, partes de meu próprio livro de 1977 sobre texto e contexto, fiquei chocado com a semelhança de algumas das ideias que estão nesse velho livro com as de Sperber e Wilson, que, entretanto, não citam meu estudo de 1977. O mesmo vale, diga-se de passagem, para outros estudos formais sobre Semântica e Pragmática do discurso escritos na última década. Obviamente, o livro de 1977 mostra que eu não sou um lógico, e tem muitas outras imperfeições além dessa, mas muitas das ideias sobre o discurso formalizadas em termos de teoria dos modelos que foram formuladas em outros estudos já tinham sido expostas nele. A principal diferença em relação a minha abordagem atual dos contextos é que, agora, adoto um enfoque muito mais amplo, interdisciplinar, e defino os contextos em termos de modelos mentais com base nas pesquisas da Psicologia das últimas décadas, aí incluído meu trabalho anterior com Walter Kintsch (Van Dijk e Kintsch, 1983) – um livro que tem tido muita influência em Psicologia, mas que, como muitos outros estudos psicológicos relevantes, também é ignorado por Sperber e Wilson. Essa é uma das razões pelas quais o livro de Sperber e Wilson sobre relevância não chega a ser um estudo 'cognitivo', ainda que seja um (interessante) estudo filosófico e formal.

# CONTEXTO E DISCURSO

Defendo o seguinte ponto de vista: o contexto penetra a língua; as hipóteses que fazemos sobre o contexto afetam o modo como compreendemos a língua e os contextos de fala precisam ser mais bem compreendidos, se quisermos desenvolver teorias realistas da língua e do seu aprendizado.  
(Susan Ervin-Tripp, 1996: 21)

Este capítulo enfoca a principal função dos contextos, a saber, como eles permitem e condicionam a produção e compreensão dos textos e da fala. Começo com uma análise conceitual das relações possíveis entre contexto e discurso. Para descrever essas relações, muitos termos já foram usados, como 'influência', 'controle', 'mapeamento', 'manifestação', 'expressão' e 'indexação', entre outros. A seguir, farei um balanço de algumas dimensões maiores do discurso que são sistematicamente controladas pelas estruturas contextuais e, inversamente, de como essas dimensões do discurso podem, por sua vez, influenciar os modelos de contextos dos participantes, isto é, sua interpretação do evento comunicativo em curso.

Como muito desta discussão pressupõe vastos campos de pesquisa anterior, sobretudo em Sociolinguística, concentrar-me-ei especialmente no controle conceitual das estruturas do discurso, assumindo que a influência do contexto sobre a gramática, isto é, sobre a fonologia, a sintaxe e o léxico, é bem conhecida. Embora a Sociolinguística, a Estilística e a Etnografia contemporâneas trabalhem com dados do discurso natural, entre outros, a